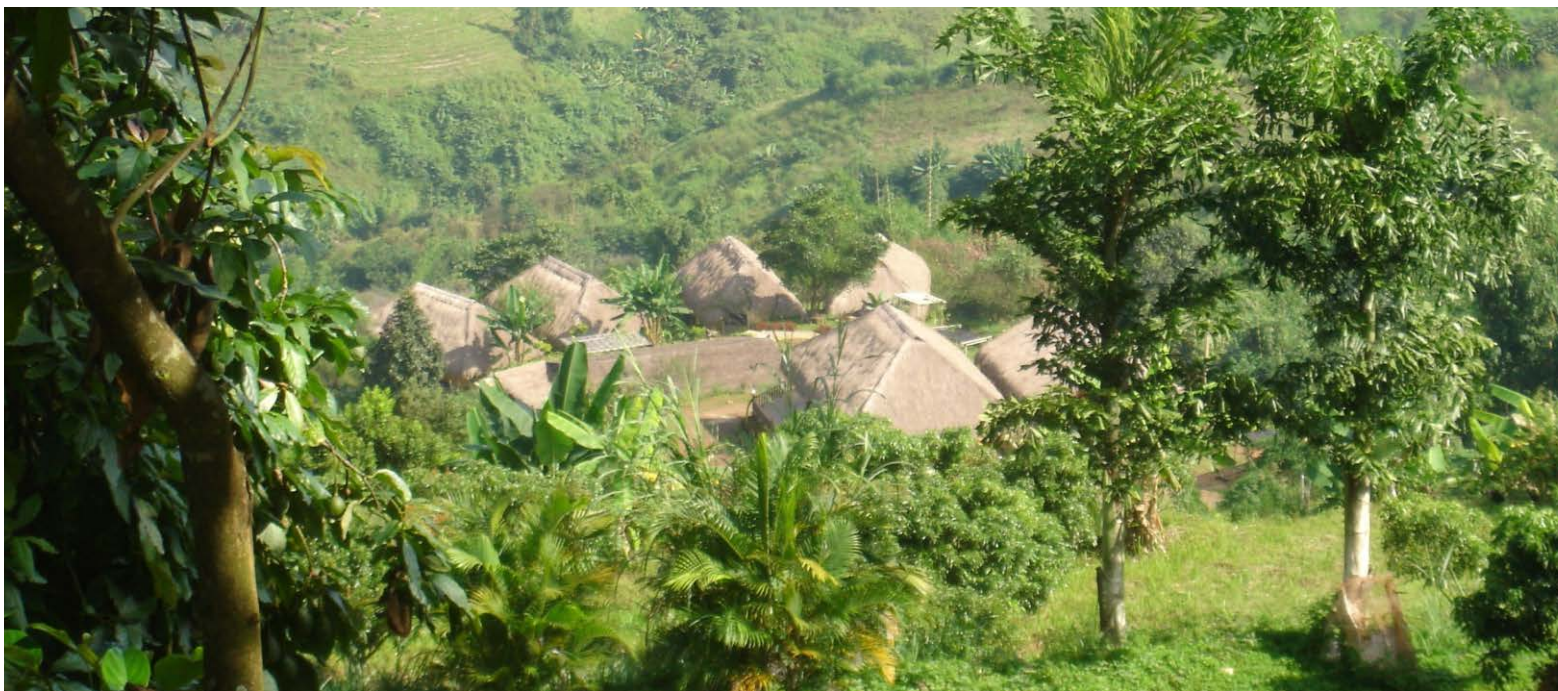


O Dia Internacional das Florestas da ONU 2015 e seu lema: “Florestas, Clima, Mudança”



Mudar o quê?



Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

O Dia Internacional das Florestas da ONU 2015 e seu lema:

“Florestas, Clima, Mudança”

Mudar o quê?



Documento informativo do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Introdução

As florestas têm uma importância vital para os povos que delas dependem, alimentando-os não só diretamente, mas também espiritualmente. Como diz uma liderança indígena da região amazônica na América Latina: “*Nós temos muitos costumes, muitas crenças e muitas tradições, os quais se relacionam diretamente com a floresta, o ar, a água, a terra e o sol, numa única relação cosmológica espiritual, muito profunda e respeitadora*”.¹

Há anos, porém, muitas comunidades no mundo inteiro vivem o drama da destruição das florestas. Uma mulher de uma comunidade na África onde a floresta está sendo ameaçada de destruição por plantações industriais de dendê (palma africana) lamenta: “*Nossos filhos não saberão nada sobre florestas. Vamos perder nossos remédios da floresta. Também seremos mais vulneráveis a tempestades. Não haverá lugar para plantar nossas roças de alimentos*”.² A substituição da floresta por monocultivos representa grandes perdas para a comunidade, até mesmo a fome. Um camponês da Ásia conta: “*Antes da plantação [industrial], 100 hectares de roça e floresta já mantinham centenas de famílias, mas agora, milhares de hectares são dados para uma única empresa e não alimentam nem mesmo uma única família inteira*”.³

Constatado isso, o que a ONU tem a dizer por ocasião do dia 21 de março de 2015, lançado por ela como o **Dia Internacional das Florestas**? O dia é promovido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a FAO.

Segundo diz a página da FAO na internet, o lema do Dia Internacional este ano é “*Florestas, Clima, Mudança*”. Um vídeo de apenas 1 minuto faz parte do material de divulgação. Imaginávamos que esse vídeo começaria falando das florestas, mas não. O vídeo começa tratando da problemática do clima. Várias personalidades anunciam que a crise do clima é o grande problema do nosso tempo. O secretário geral da ONU, Ban Ki-Moon, por exemplo, diz: “*A mudança climática é um assunto definidor da nossa época*”. Só depois desses anúncios, o vídeo começa a falar em florestas, porém, destacando primeiramente a contribuição da destruição das florestas para o fenômeno da crise climática: “*Mais de 500 milhões de hectares de florestas queimados na última década*”. Em seguida, o vídeo exalta a capacidade das florestas de absorver e armazenar carbono e, com isso, defende seu papel em mitigar a crise climática. O “*manejo florestal sustentável*” para extração de madeira também é apresentado como uma atividade econômica climaticamente positiva: “*Quando a madeira é usada, o carbono continua guardado dentro [dela]*”, seguido pela aclamação: “*sustentável!*” A mensagem final do vídeo é: “*As florestas sustentáveis estão na linha de frente contra a mudança climática*”.⁴

Esta mensagem da ONU pode ser considerada no mínimo confusa. Por que essa ênfase em ver as florestas apenas como um “armazém” para “guardar” carbono, ignorando as outras funções importantes que elas cumprem e sua importância vital para as comunidades que delas dependem? E por que a ONU ignora a principal causa da crise climática, que é a

¹ Depoimento Ninawá Inu Pareira Nunes – indigenous leader from the Huni Kui people from the state of Acre from the North (Amazonas region) of Brazil

² <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/uncertain-futures-the-impacts-of-sime-darby-on-communities-in-liberia-2/>

³ <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/cambodia-the-curse-of-concessions/>

⁴ <http://www.fao.org/news/audio-video/detail-video/en/?uid=11001>

emissão continuada e em constante aumento de CO₂, que resulta da queima dos combustíveis fósseis? O que há por trás da solução para o desmatamento que a FAO está querendo sugerir ao defender o “manejo florestal sustentável”, combinando a capacidade de armazenar carbono na madeira com o uso econômico desta, já que afirma que “quando a madeira é usada, o carbono continua guardado dentro [dela]”? Por último, chamar uma área de “floresta sustentável” não seria ignorar os impactos da extração de madeira sobre as milhares de teias de vida que estão presentes na floresta e que dependem umas das outras, afetando, assim, a “*relação cosmológica espiritual, muito profunda e respeitadora*” com a floresta, dos povos que dela dependem?

Um pequeno histórico de supostas “soluções” para o desmatamento desde a Rio+92

Para começar a entender a mensagem difundida pela FAO por ocasião do Dia Internacional das Florestas, vale a pena rever algumas das principais ideias para conter a crise do desmatamento das florestas tropicais, lançadas e discutidas internacionalmente desde 1992: (1) o manejo florestal sustentável, (2) o REDD+,⁵ ou seja, quantificar e valorizar economicamente a capacidade das florestas de fixar e armazenar carbono e (3) as diferentes propostas de “desmatamento zero” lançadas mais recentemente. Todas elas têm em comum o fato de terem sido elaboradas sem que povos, populações ou comunidades que dependem das florestas fossem ouvidos ou pudessem participar; as propostas foram todas impostas de cima para baixo, causando, na maioria dos casos, mais problemas para os povos e comunidades onde essas “soluções” foram aplicadas.

O “**manejo florestal sustentável**” (MFS) foi apresentado como “solução” para o desmatamento das florestas tropicais no final dos anos 1980 e apresentado em nível internacional na Cúpula da Terra, em 1992, no Rio de Janeiro. O MFS prometeu garantir “*benefícios econômicos e sociais positivos, sem comprometer o funcionamento do ecossistema da floresta tropical*”. É uma ideia promovida por empresas madeireiras, bancos multilaterais como o Banco Mundial e ONGs conservacionistas. É uma resposta à repercussão negativa da devastação da floresta em função da extração da madeira.

Mas, na prática, o corte seletivo de madeira do MFS, batizado de “sustentável”, permitiu que uma atividade inerentemente destrutiva para a floresta – a extração de madeira – pudesse se perpetuar ao ser apresentada como positiva, prometendo manter “a floresta em pé”.⁶ Não causa surpresa que a promessa de conservar a floresta não tenha sido cumprida. Apesar de as áreas sob MFS terem aumentado em todas as regiões com florestas tropicais no mundo, o desmatamento também avançou. Na República Democrática do Congo (RDC), por exemplo, as taxas mais altas de desmatamento foram encontradas entre as empresas que

⁵ REDD é a sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal. Foi lançado em 2005, numa das conferências anuais da ONU sobre o clima. Mas também se fala de REDD+. O REDD+ foi lançado em 2009 e amplia a proposta do REDD, incluindo os seguintes itens: “conservação de estoques de carbono florestal”, “manejo florestal sustentável” e “fortalecimento de estoques de carbono florestal”. Significa que qualquer área florestal com uma proposta de manter uma floresta “em pé”, mesmo com projetos de “manejo sustentável” que continuem destruindo a floresta, apenas mais gradativamente, pode conseguir um projeto de REDD+. Ou que projetos para regenerar uma área plantando monocultivos de árvores de eucalipto, inclusive transgênicos, poderiam conseguir um projeto de REDD+.

⁶ <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/pilhagem-das-florestas-o-discurso-de-sustentabilidade-esconde-a-destruicao-causada-pela-exploracao-madeireira/>

mais aderiram ao MFS. Esquemas de certificação como o FSC (conforme sua sigla em inglês) promoveram ainda mais a importância econômica do MFS.

No Brasil, em especial em estados amazônicos como o Acre, a ideia da “floresta em pé” se tornou o parâmetro a ser seguido. Mas isso não quer dizer que o desmatamento tenha sido “zerado”, ao contrário. Há um incentivo grande para estimular, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o “manejo florestal sustentável”, inclusive o “MFS comunitário”, baseado na extração de madeira. Em conversas com comunidades de seringueiros no estado do Acre, que têm sido incentivadas a entrar no “manejo” e extrair madeira de alto valor para fins comerciais, ficou claro que essa prática leva, na visão dos seringueiros ouvidos – grandes conhecedores da floresta – também à destruição das florestas. A destruição ocorre apenas de uma forma mais gradativa, sem que haja um benefício significativo para as comunidades locais. Quem efetivamente se beneficia são as empresas madeireiras e de consultoria envolvidas.⁷

Desde o início da década passada, o tema das florestas tropicais e o desmatamento perderam importância na agenda internacional. Isso só mudou com o lançamento da proposta de **REDD** numa das conferências do clima, em 2005. Assim como o MFS, o REDD também chegou com a promessa de benefícios positivos para as comunidades que conservavam a floresta. No entanto, mesmo transformado depois em REDD+, tampouco representou uma solução e chegou a causar, em vez disso, mais problemas para as comunidades. Uma publicação do WRM, de 2015, sistematiza as experiências de 24 projetos de REDD+ realizados nos últimos anos, em diferentes continentes, e seus impactos sobre as comunidades locais.⁸ Mostra que esses projetos e também planos nacionais para incentivar o REDD+ costumam apontar as práticas das comunidades que vivem nas florestas como sendo a principal causa de desmatamento, sobretudo as roças para obter alimentos. As comunidades que vivem nas áreas de projetos de REDD+ também começam a sofrer restrições em relação ao uso da floresta e interferências em seu modo de vida, reforçando uma visão conservacionista da floresta, ou seja, a ideia de que uma floresta bem conservada é uma floresta sem gente. Depois de dez anos de REDD+ e alguns bilhões de dólares investidos, o mecanismo, além de ser uma falsa solução à crise climática, também tem se mostrado incapaz de atacar as verdadeiras causas diretas e subjacentes do desmatamento.

Desmatamento Zero: o que haveria de errado nisso?

A terceira tendência que ganhou destaque mais recentemente é uma proposta e uma promessa que, à primeira vista, soam muito bem: **desmatamento zero**.

Quando foi lançado em 2007 no Brasil, esta mais nova ideia para solucionar o desmatamento incorporava “soluções” anteriores, como manter a “floresta em pé” e buscar vender “serviços ecossistêmicos”,⁹ como o do carbono. O Brasil é o país com a maior

⁷ <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-vozes-de-comunidades-no-acre-alertam-sobre-as-violacoes-envolvidas-no-manejo-florestal-sustentavel-comunitario/>

⁸ <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>

⁹ Fala-se em Serviços Ecossistêmicos quando funções da natureza são artificialmente definidas e transformadas em unidades comparáveis de “carbono”, “biodiversidade”, “filtração de água”, polinização, etc.; depois disso, são mensuradas e comercializadas como “certificados” que definem o serviço. Veja mais em

superfície de floresta tropical do mundo e também uma das maiores taxas de desmatamento. Por iniciativa de um grupo de nove ONGs, incluindo Conservação Internacional (CI), The Nature Conservancy (TNC), Greenpeace e Fundo Mundial pela Natureza (WWF), foi lançada a proposta de reduzir o desmatamento no Brasil a zero até 2015. As ONGs pediram recursos da ordem de R\$ 1 bilhão (algo como US\$ 300 milhões) por ano “*para se compensar financeiramente aqueles que promoverem a efetiva redução do desmatamento na Amazônia (...)*”.

Chamou a atenção a presença, no evento de lançamento da campanha, do presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico), Luciano Coutinho. O BNDES é o banco público brasileiro que financia grande parte das obras e empresas que contribuem diretamente com o desmatamento no país, como as grandes hidrelétricas e as empresas ligadas à mineração e ao agronegócio da soja e da carne. Em vez de anunciar que esses financiamentos seriam suspensos, algo que efetivamente poderia reduzir o desmatamento, o presidente do BNDES mencionou na ocasião que “*estamos presentes para apoiar com firmeza o programa que viabilize o fim do desmatamento na Amazônia, com o desenvolvimento de fundos que possam contribuir de forma importante para o desenvolvimento de atividades que mantenham a floresta em pé*”. Ele deve ter se referido às políticas do governo brasileiro e de governos estaduais, como o do Acre, para promover o “*manejo florestal sustentável*”, enquanto se instituem mecanismos de incentivo à venda de serviços ecossistêmicos como o REDD+. Não é de se estranhar que o Greenpeace, em seu anúncio, comenta que o R\$ 1 bilhão por ano que seria necessário para o “*desmatamento zero*” seria destinado também “*(...) para se pagar por serviços ambientais prestados pela floresta*”.¹⁰

Nos anos seguintes, inspiradas pela iniciativa brasileira e incentivadas pelas ONGs internacionais envolvidas, outras iniciativas surgiram ao redor do mundo sob o mesmo nome, mas, desta vez, diretamente anunciadas por grandes empresas privadas, notórias responsáveis pelo grande desmatamento das florestas tropicais. Em 2011, a empresa de dendê Golden Agri Resources declarou que não ia mais destruir a floresta tropical. Dois anos depois, foi a vez da maior empresa do mundo na produção de óleo de dendê, a Wilmar, anunciar uma política de desmatamento zero. A Asian Pulp and Paper (APP), uma das principais empresas de plantações de madeira para celulose da Indonésia, anunciou, também em 2013, que acabaria com a prática do desmatamento entre seus fornecedores, além de melhorar a comunicação e resolver conflitos com comunidades que dependem das florestas.¹¹ A APP e a APRIL, outra grande empresa que promove plantações para celulose na Indonésia, são acusadas de, juntas, terem desmatado cerca de 2 milhões de hectares de florestas, apenas na província de Riau, na ilha de Sumatra.¹² Em 2014, gigantes da indústria do agronegócio, como a Bunge e Cargill, se juntaram à crescente lista de grandes empresas comprometidas com o desmatamento zero.

São tantas as iniciativas que a aliança internacional Forest Trends – que aglutina corporações, instituições financeiras, governos e ONGs –, junto com a WWF e outras, lançará em 25 de março de 2015, a iniciativa “*Mudar o fornecimento*”. Elas afirmam que a

<http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/o-psa-se-transforma-em-permissao-para-destruicao-ambiental/>

¹⁰ <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/pacto-nacional-prop-e-metas-an/>

¹¹ <http://news.mongabay.com/news-index/zero%20deforestation%20commitments1.html>

¹² <http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/01/EJOLTplantations.pdf>

página na internet dessa iniciativa “(..)apresentará uma prestação de contas atualizada sobre as ações das empresas em relação ao desmatamento com relação às promessas públicas [das empresas]”.¹³

A Declaração de Nova York sobre florestas: juntando clima com florestas

Um anúncio feito em setembro de 2014, e que chamou atenção internacional, foi a Declaração de Nova York sobre Florestas, lançada durante a Cúpula sobre Clima da ONU.¹⁴ A declaração anuncia “cortar pela metade a perda de floresta nativa até 2020, e fazer esforços para extingui-la até 2030”, e foi endossada por quase todas as organizações e corporações acima citadas, que já tinham se comprometido antes com o “desmatamento zero”.

Mas, embora fale em eliminar o desmatamento das cadeias de produção de commodities e de produtos de consumo, a Declaração não menciona sequer o problema subjacente do modelo atual de produção e consumo. Esse modelo é o motor de uma demanda que mantém um consumo excessivo e crescente por parte de uma minoria da humanidade concentrada nos grandes centros urbanos e, principalmente, nos países do hemisfério Norte. Tampouco faz parte das reflexões da declaração o fato de que é impossível universalizar esse alto padrão de consumo porque não há “recursos naturais” suficientes para tal. A declaração tampouco comenta como reduzir efetivamente o desmatamento, já que o modelo atual se mantém e promete se aprofundar muito mais. O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), por exemplo, prevê, em um estudo, uma perspectiva de aumento do consumo global de minerais, minérios, combustíveis fósseis e biomassa de cerca de três vezes, para 140 bilhões de toneladas, até 2050. Grande parte disso será proveniente de regiões com florestas tropicais.¹⁵

O que o documento lançado em Nova York afirma, sim, é que “as florestas representam uma das soluções mais efetivas para o clima disponíveis hoje em termos de custo” Junto com isso, o documento também cita positivamente diferentes programas para promover o “serviço ecossistêmico” de carbono florestal, o REDD+, e que esses programas “(..) têm gerado conhecimento e experiências para promover a agenda do REDD+”.

Os compromissos com o “desmatamento zero” têm dado resultado?

Uma característica de todos os compromissos assumidos por empresas junto com grandes ONGs, também presente na Declaração de Nova York sobre Florestas, é o fato de serem voluntários. Na falta da obrigatoriedade de implementar os compromissos, não há resultados efetivos para mostrar, e sobram denúncias de violações ambientais e sociais das empresas, após elas terem assumido os compromissos. Um exemplo é a Wilmar e sua atuação em Uganda, onde a expansão das suas plantações de dendê levou à expulsão de camponesas e camponeses. Depois de três anos de tentativas fracassadas de diálogo com o governo e a

¹³ <http://www.forest-trends.org/>

¹⁴ <http://www.un.org/climatechange/summit/wp-content/uploads/sites/2/2014/09/FORESTS-New-York-Declaration-on-Forests.pdf>

¹⁵ <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/um-breve-panorama-do-desmatamento-em-florestas-tropicais/>

empresa, camponeses afetados decidiram, em fevereiro de 2015, entrar com uma ação judicial contra ela, em busca de justiça.¹⁶ Outro exemplo é a APP. No final de fevereiro 2015, um ativista de uma organização camponesa foi assassinado na província de Jambi, em Sumatra, Indonésia, por forças de segurança da empresa PT WKS, fornecedora da APP. Isso no contexto de um longo histórico de violência praticada contra comunidades que resistem à tomada de suas terras pela PT WKS.¹⁷ Os exemplos da Wilmar e da APP mostram que o fato de que as empresas não têm mais responsabilidade direta pela produção local representa uma dificuldade séria para poder mostrar resultados. A Wilmar, por exemplo, tem nada menos que 800 fornecedores que produzem óleo de dendê bruto para ela em diferentes países, sobretudo na Indonésia.

Para enfrentar essa dificuldade, a Wilmar anunciou, em janeiro de 2015, a adoção de um painel de controle com uso de imagens de satélite, para monitorar cada um de seus fornecedores.¹⁸ Será que esse monitoramento de fato levará a respostas locais rápidas, que sejam capazes de parar a destruição e reabilitar áreas já destruídas? Outra questão perturbadora em relação ao monitoramento, que também afeta a credibilidade de esquemas de certificação voluntários como a RSPO,¹⁹ é a tendência a considerar como florestas a serem poupadas do desmatamento apenas as que têm “Alto Valor de Conservação” (AVC). O problema é que a avaliação feita sobre o que seria uma floresta “AVC” não representa necessariamente a visão das comunidades locais, o que resulta obviamente em conclusões bem diferentes sobre se o desmatamento foi zerado ou não. Segundo uma liderança da comunidade Muara Tae, na Indonésia, cujo território foi invadido e parcialmente devastado por uma empresa de dendê, “[...] Essa avaliação de AVC é apenas para fazer um levantamento de determinadas áreas e só protege essas áreas, com base nas vontades deles próprios [da empresa]. Quanto a nós, todo o território de Muara Tae tem muito valor. Todas as florestas no território de Muara Tae têm um grande potencial. Além disso, ele é realmente para a comunidade. O território de Muara Tae é uma fonte diária de subsistência. Para agricultura, para hortas. Então, se você quiser encontrar alto valor, toda a Muara Tae tem valor”.²⁰

Voltando ao caso da empresa Wilmar, mesmo com o sistema mais sofisticado de satélite para detectar o desmatamento, ela ainda não anunciou um sistema permanente para fiscalizar o cumprimento, entre seus fornecedores, de outros compromissos que fazem parte de sua política de responsabilidade sócio-ambiental. Como, então, a Wilmar irá tirar da sua cadeia de produção condições de trabalho degradantes e conflitos sociais?²¹ E como vai acabar com as inúmeras disputas pela terra existentes entre empresas e comunidades na Indonésia e em outros países onde atua?

¹⁶ <http://www.foeeurope.org/uganda-palm-oil-court-land-grab-190215>

¹⁷ www.walhi.or.id

¹⁸ <http://news.mongabay.com/2015/0122-wilmar-transparency-dashboard.html>

¹⁹ RSPO – Mesa de Dendê Sustentável – principal esquema de certificação das plantações de dendê – www.rspo.org

²⁰ <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/indonesia-como-a-rspo-tratou-questoes-levantadas-contra-a-first-resources-um-dos-seus-membros/>

²¹ <http://news.mongabay.com/2015/0122-wilmar-transparency-dashboard.html>

Do "desmatamento zero" ao "desmatamento zero líquido": uma diferença sutil, mas fundamental

Chama a atenção que a Declaração de Nova York sobre as Florestas fala em "*cortar pela metade a perda de floresta nativa*". Mas será que existe outra floresta que não seja nativa?

Para comunidades que dependem da floresta, não. Mas para a ONU, as corporações e as grandes ONGs como WWF, CI e TNC, citadas na lista de signatários da declaração de Nova York, essas florestas não nativas existem, sim. São as grandes plantações de monoculturas de eucalipto, acácia, seringueira, pínus, para abastecer indústrias de papel e celulose, de pneus, de madeira, etc.²² Elas podem usar para isso a definição aplicada hoje pela FAO, de que uma floresta é um conjunto de árvores, independente da sua variedade e de sua escala. Isso abre uma enorme oportunidade para poder alcançar as metas de "desmatamento zero" da Declaração de Nova York. Só na década de 2000-2010, a área que a FAO chama de "florestas plantadas" no mundo aumentou em 50 milhões de hectares, sobretudo grandes monoculturas de eucalipto, acácia, seringueiro e pínus para fins industriais, com graves impactos negativos para as populações locais. Com a ênfase em ver florestas apenas como "armazéns" de carbono, as monoculturas industriais de árvores são vistas e valorizadas por seu grande potencial para compensar a perda de CO₂ quando uma floresta é destruída, lembrando que várias empresas buscam promover, inclusive, o plantio de árvores transgênicas para alcançar uma produtividade ainda maior.

Mecanismos para compensar a destruição de florestas expandindo áreas de plantações de árvores ou conservando outras áreas de floresta consideradas "parecidas" ou "equivalentes", e onde não haverá atividades de extração, são vistos por muitas empresas e ONGs que assinaram a Declaração de Nova York como saída para continuar praticando o desmatamento em áreas de florestas tropicais e proteger os interesses das corporações. Para explorar o minério, petróleo ou para praticar o agronegócio, é necessário destruir, não há como evitar. Mas, ao introduzir a ideia do "desmatamento zero", buscam convencer a todos de que é possível fazer isso de uma forma que não gere "desmatamento líquido", que a conservação de uma área equivalente ou o plantio de uma monocultura de eucalipto ou acácia é capaz de compensar a destruição. Admitem que o desmatamento existe, mas querem nos convencer de que foi "efetivamente compensado".

Porém, nas regiões onde as indústrias de extração e as empresas do agronegócio concentram suas atividades, como na Indonésia, no Brasil, no Peru e na Colômbia, será difícil encontrar as áreas para os projetos de "compensação", necessárias para cumprir a proposta do "desmatamento zero líquido". Enquanto já se sabe muito sobre os terríveis impactos desse modelo destrutivo sobre as comunidades, as corporações mantêm silêncio sobre a quantidade de terras que teriam que ser apropriadas para concretizar a proposta de "compensação". A organização Fundepublico escreve, por exemplo, que, na Colômbia, as empresas "*não conseguem encontrar a terra para estabelecer as compensações*" e, "*nos casos em que as compensações foram estabelecidas, os órgãos ambientais não sabem qual é a localização exata dos locais de compensação*". Além disso, "*o quebra-cabeça para*

²² Atualmente, a monocultura de palma africana (dendezeiro) não é considerada floresta plantada pela FAO.

Mas a Indonésia, maior produtor de dendê do mundo, tentou decretar em 2010 a inclusão dessas plantações na definição aplicada hoje pela FAO, também de olho na venda de créditos de carbono dessas plantações.

<http://www.wetlands.org/Portals/0/publications/submission%20or%20policy%20doc/Annex%20on%20the%20Need%20for%20the%20Review%20of%20the%20UNFCCC.pdf>

*combinar demanda compensada com oferta de compensação ainda tem de ser resolvido, e ele é complicado. Com mais de 8 milhões de hectares sob títulos de mineração, mais de 130 empresas de petróleo e gás operando no país em, pelo menos, 1,5 milhão de hectares, incluindo Shell, Oxy, Chevron, ExxonMobil e Petrobrás, e milhares de quilômetros de rodovias planejadas que afetarão pontos fundamentais de biodiversidade, uma das questões centrais é de onde virão as centenas de milhares de hectares necessárias em compensações”.*²³

Rumo à COP de Paris: por que dizer não ao “desmatamento zero”?

A implementação de planos de ação – voluntários, diga-se de passagem – por parte dos promotores das ideias do “manejo florestal sustentável”, dos serviços ecossistêmicos como o REDD+ e/ou do “desmatamento zero”, está em sintonia com a mensagem do Dia Internacional de Florestas da FAO 2015 e a reforça. Eles não preveem outra perspectiva a não ser a continuação do modelo destrutivo de produção e consumo e o fortalecimento do poder corporativo, destacando também a “indústria” que se criou, de consultorias que “certificam” as atividades das corporações e as declaram “sustentáveis”.

Por exemplo, não preveem a perspectiva defendida há muitos anos pela rede da Oilwatch de “deixar o petróleo no solo”. Tampouco falam em deixar o minério debaixo do solo ou ressaltam a importância da luta da Via Campesina em defesa da soberania alimentar de cada país, para poder pôr um fim ao insano transporte de enormes quantidades de biomassa e alimentos e seus derivados ao redor do mundo. Tampouco falam em parar a extração de madeira tropical e a expansão de monoculturas de dendê, soja, eucalipto, etc. Todas essas propostas seriam excelentes ideias para combater a crise climática e também o desmatamento.

O cenário para as próximas décadas, na lógica da proposta da ONU através da FAO, é o de um avanço ainda maior da ação e do poder das corporações, não só das privadas, mas também das estatais que atuam dentro da mesma lógica, impactando as florestas e os territórios de comunidades no mundo inteiro, sobretudo no Sul Global. Nessa corrida pelas últimas reservas de terras férteis, as reservas de petróleo e minério, alguns chamados “hotspots”, ou florestas de “alto valor de conservação” em termos de biodiversidade, também chamadas de florestas com “alto valor de carbono”, serão apropriadas e destinadas para fornecer novas “mercadorias” através de certificados de “serviços ecossistêmicos”.

Essas áreas de “alto valor de conservação” se tornarão úteis para o capitalismo “verde”, por serem cada vez mais escassas. Elas servirão como áreas que “armazenam”, além do carbono, vários outros “serviços ecossistêmicos” que podem ser adquiridos em forma de “créditos” para “compensar” os impactos da destruição que resulta do avanço da ação das corporações.

Neste ano, espera-se um novo acordo sobre o clima em Paris, na França. Nossa tarefa é insistir em finalmente atacar as verdadeiras causas da crise climática: a queima dos combustíveis fósseis e todo o modelo de produção e consumo baseado nela. Não podemos

²³ Veja em <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/comercio-de-servicos-ecossistemicos-quando-o-pagamento-por-servicos-ambientais-da-uma-licenca-para-destruir/>

deixar que este acordo da ONU e dos governos – e tampouco qualquer outro acordo em nível nacional ou subnacional – inclua falsas soluções que se baseiem em conservar áreas de florestas como subterfúgio para dizer que estão fazendo algo para reduzir as emissões de CO₂ no mundo. Tampouco podemos aceitar a proposta de continuar destruindo as florestas e dizendo que elas serão “compensadas”, pelo simples motivo de que cada área, cada lugar, com seu povo e comunidade específicos, é único e precisa ser conservado, não pode ser destruído e tampouco pode ser compensado.

Mais do que nunca, é necessário reforçar a campanha “Plantações não são Florestas!” A FAO poderia aproveitar muito melhor o Dia Internacional das Florestas anunciando que vai rever sua definição, no sentido de buscar definir a floresta conforme seu verdadeiro sentido. Ela poderia iniciar um processo em que as comunidades e os povos que dependem das florestas pudessem participar de forma plena e efetiva.²⁴

A FAO também poderia ter realizado e mostrado outro vídeo de 1 minuto sobre a realidade da apropriação e da exploração crescente das áreas de florestas tropicais por corporações transnacionais. Poderia mostrar que, em função disso, florestas continuarão a ser perdidas, e povos e populações que dependem delas perderão seu modo de vida. Poderia concluir o vídeo fazendo uma chamada para que se interrompa o desmatamento e defender, por exemplo, que a mineração não seja mais expandida e que o petróleo não seja mais extraído.

Precisamos mostrar também o vínculo camuflado nos compromissos de “desmatamento zero” entre, por um lado, os projetos de REDD+ e o comércio de outros “serviços ecossistêmicos” e, por outro lado, o avanço das indústrias de destruição, como a extração de petróleo, as grandes plantações de monocultivos, a extração de minério, as hidrelétricas, etc. Pedimos a todas e todos que se somem à declaração preparada para a última COP do clima em Lima, que mostra e denuncia diretamente essa relação e contém um claro não às falsas soluções de compensação para a crise climática. Acesse essa declaração em: <http://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/para-rechacar-redd-e-as-industrias-extrativas-para-enfrentar-o-capitalismo-e-defender-a-vida-e-os-territorios>²⁵.

Concluimos que a “mudança” sobre a qual a FAO fala em seu lema para o 21 de março não representa nenhuma mudança verdadeira. Isso tem que ser denunciado, ao mesmo tempo em que cada vez mais as comunidades que dependem das florestas e todas as organizações que as apoiam precisam se juntar para exigir mudanças que de fato sejam capazes de enfrentar e mudar o modelo destrutivo que a ONU e os governos, presos pelos interesses das corporações, querem manter e continuar promovendo, a qualquer custo.

WRM, 21 de março de 2015

²⁴ Veja carta enviada ao FAO por ocasião do Dia Internacional de Florestas em 2014, <http://wrm.org.uy/pt/todas-as-campanhas/carta-aberta-a-fao-por-ocasio-do-dia-internacional-das-florestas-2014/>

²⁵ Declaração “Para rechaçar o REDD+ e as indústrias extrativas, para enfrentar o capitalismo e defender a vida e os territórios” (veja <http://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/para-rechacar-redd-e-as-industrias-extrativas-para-enfrentar-o-capitalismo-e-defender-a-vida-e-os-territorios/>)

Sobre o WRM. O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) é uma organização internacional que, através do seu trabalho com questões relacionadas a florestas e plantações, contribui para conquistar o respeito pelos direitos dos povos locais em relação a suas florestas e territórios. O WRM faz parte de um movimento global pela transformação social que visa assegurar justiça social, respeito pelos direitos humanos e preservação ambiental.

O WRM distribui um boletim eletrônico mensal em inglês, espanhol, francês e português, para servir como ferramenta de difusão de informação sobre as lutas locais e sobre os processos globais que podem afetar as florestas e os povos locais. O WRM também divulga informações e documentação relevante através de sua página em 4 línguas: em inglês, espanhol, francês e português. Além disso, tem produzido uma série de outros materiais escritos e audiovisuais, todos disponíveis para download gratuito em seu site na internet.

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido na totalidade ou em parte, sem permissão. No entanto, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais deve ser creditado e notificado de sua reprodução

Montevideu, Março 2015

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Secretariado Internacional
Maldonado 1858, Montevideo, Uruguay
Tel / fax: +598 2413 2989
e-mail: wrm@wrm.org.uy
web: <http://www.wrm.org.uy>

Este documento também está disponível em Espanhol, Francês e Inglês.

Agradecemos o apoio da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza (SSNC) e Misereor. As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as opiniões do SSNC ou Misereor.

